



OS HOMENS NEGROS EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-

19

Vinicius Dias Cunha¹

Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Brasília, DF, Brasil.

Breitner Tavares²

Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, Departamento de Saúde Coletiva, Brasília, DF, Brasil.

Resumo: Este artigo busca analisar as dinâmicas que a pandemia do COVID-19 pode ter alterado em relação ao autocuidado de homens negros no Brasil através do levantamento de dados de múltiplas pesquisas e boletins epidemiológicos. O momento pandêmico mostra a dinamicidade de atualização das redes sociais comunitárias frente a um período delicado, o desamparo governamental e as desigualdades históricas instaladas na constituição da sociedade brasileira. Para se cumprir o objetivo de análise buscam-se observar características do agrupamento “homens negros brasileiros”, mesmo que internamente este grupo seja heterogêneo e circundado de diferenças entre si. A observação de documentos legais, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem - PNAISH e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN, também nos auxiliará a compreender se a atual legislação está cumprindo seus objetivos na configuração de uma sociedade de direitos.

Palavras-Chave: Homens negros; Masculinidades; Negritude; COVID-19; Racismo.

BLACK MEN IN TIMES OF COVID-19 PANDEMIC

Abstract: This article aims to analyse the dynamics that COVID-19 pandemic may have changed regarding self-care of black men in Brazil through the data collection of several

¹ Psicólogo clínico, Mestrando do PPGDSCI/CEAM/UnB, Membro da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es do DF - ANPSINEP/DF. E-mail: viniciusrede@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6164-3187>

² Possui graduação em licenciatura em ciências sociais, bacharelado, mestrado e doutorado em sociologia pela Universidade de Brasília. Nesse último grau de formação, obteve uma bolsa para dedicação exclusiva ao trabalho de pesquisa do International Fellowship Program IFP da Fundação Ford. O pesquisador, tem doutorado sanduíche na Universidade Califórnia em Berkeley em Estudos Étnicos subsidiado pela Comissão Fulbright. Professor adjunto II na Universidade de Brasília, Campus FCE. Tem experiência na área de teoria sociológica. Além disso, tem pesquisas com ênfase em metodologias qualitativas, cultura urbana e análise de políticas públicas nas áreas de gênero/sexualidade, raça/etnia, geração/juventude. E-mail: btavares02@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7478-3955>

researches and epidemiological newsletters. The pandemic moment shows the dynamics of updating of community social networks towards the delicate period, the governmental abandonment and the historical inequalities deployed in the formation of Brazilian society. To accomplish the aim of this analysis the characteristics of the group “Brazilian black men” were observed, even though internally this group is heterogeneous and surrounded by differences among themselves. The observation of legal documents such as Men Health Comprehensive Attention National Policy – PNAIS and the National Policy for the Integrative Health of the Black Population – PNSIPN, also will support to understand whether the current legislation is fulfilling its objectives in the composition of a society of rights.

Keywords: Black men; Masculinities; Blackness; COVID-19; Racism.

LOS HOMBRES NEGROS EN TEMPOS DE LA PANDEMIA DEL COVID-19

Resumen: Este artículo busca analizar las dinámicas que la pandemia del COVID-19 pudo haber alterado en relación al autocuidado de los hombres negros en Brasil, a través del levantamiento de datos de múltiples investigaciones y boletines epidemiológicos. El momento pandémico muestra el dinamismo en la actualización de las redes sociales comunitarias frente al momento delicado, el desamparo gubernamental y las desigualdades históricas instaladas en la constitución de la sociedad brasileña. Para lograr el objetivo del análisis, se busca observar características del agrupamiento “hombres negros brasileños, entendiendo que este grupo es heterogéneo y que hay diferencias e individualidades. La observación de documentos legales, como la Política Nacional de Atención Integral a la Salud del Hombre – PNAIS y la Política Nacional de Salud Integral de la Población Negra – PNSIPN, también nos ayudará a comprender si la legislación actual está cumpliendo con sus objetivos en la configuración de una sociedad de derechos.

Palabras-clave: Hombres negros; Masculinidades; Negritud; COVI-19; Racismo.

LES HOMMES NOIRS EN PÉRIODE DE PANDÉMIE DE COVID-19

Résumé: Cet article présente l’analyse des dynamiques que la pandémie COVID-19 peut avoir changé en ce qui concerne les soins personnels des hommes noirs au Brésil, grâce à la collecte de données issues d’enquêtes multiples et bulletins épidémiologiques. Le moment pandémique montre le dynamisme de mettre à jour les réseaux sociaux communautaires face au moment délicat, à l’impuissance gouvernementale et aux inégalités historiques installées dans la constitution de la société brésilienne. Afin d’atteindre l’objectif d’analyse, nous cherchons à observer les caractéristiques du groupe «hommes Brésiliens noirs », même devant l’hétérogénéité et des différences entre eux comme groupe. L’observation des documents juridiques, tels que la Politique Nationale pour une Attention Intégrale Santé des Hommes - PNAIS et la Politique Nationale de Santé Globale Population Noire - PNSIPN, nous aidera également à comprendre si les cadres juridiques garantis sont prêts pour les objectifs proposés dans la configuration d’une société de défense des droits. nous aidera également à comprendre si la législation actuelle remplit ses objectifs proposés dans la configuration d’une société de défense des droits.



Mots-clés: Hommes noirs; Masculinité; Négritude; COVI-19; Racisme.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou que o mundo estava passando por um surto de uma doença transmitida pelo vírus coronavírus. Em março de 2020, os níveis de contágio mundial, baseado no Regulamento Sanitário Internacional (RSI) faziam com que o status do surto atingisse as proporções de uma pandemia. As recomendações da OMS para evitar que o contágio aumentasse eram: “lavar as mãos com água e sabão ou álcool em gel 70%, usar máscaras faciais para evitar a contaminação por gotículas salivares, e no caso de tossir, colocar o braço ou um lenço para cobrir a boca e assim dificultar a transmissão do vírus”. O isolamento social também foi estimulado com o objetivo de prevenir aglomerações e menos pessoas contaminadas, com isso também preservar os integrantes dos grupos de risco (idosos, gestantes, cardíacos, entre outros)

A pandemia é um fenômeno que marcará diversos indicadores econômicos e sociais, visto que no momento da escrita deste artigo o mundo contava com 2.759.432 mortes³ decorrentes do COVID-19. No Brasil, no mesmo momento a cifra chegava a 307.112 mortes⁴. Focalizamos os dados de morte neste artigo, pois é um número que mostra concretamente o estágio terminal da contaminação, algo que poderia ser diminuído seguindo as sugestões de instâncias que analisam a cadeia de contágio e formas de enfraquecer a mesma.

No Brasil estes dados por si só configuram uma situação de calamidade pública, alinhada a uma crise institucional e política, onde o presidente da república, representante maior do poder executivo, recomenda medicações não comprovadas cientificamente como uma possibilidade de tratamento precoce ao contágio do vírus; também manifesta discursos negacionistas perante as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS), no tocante ao isolamento social, uso da máscara de proteção e fechamento do comércio

³ Dados de 27 de Março de 2021, retirados do site da Organização Mundial de Saúde em <https://covid19.who.int/>, acesso em 27.03.2021.

⁴ Dados de 27 de Março de 2021, retirados do site do Ministério da Saúde do Brasil em <https://covid.saude.gov.br/>, acesso em 27.03.2021.



para evitar aglomerações. Tal comportamento tem um efeito determinante na população como aponta Ajzenman et al. (2020), “ostentou publicamente medidas de distanciamento social e subestimou a gravidade da doença em, pelo menos, dois casos bem divulgados”. Assim, atitudes como esta do chefe do executivo, demonstram um traço de personalidade grupal nocivo entre os homens brasileiros, que tem características deficitárias em relação ao autocuidado, com crenças imaginárias de que, o sexo masculino é mais forte, e autoimune as doenças, comparado ao sexo feminino.

Diversos estudos apontam para negligências sócio-históricas em relação à saúde do homem, porém são raras as pesquisas que façam o recorte de raça e saúde alinhadas ao público masculino. Pensar como os comportamentos grupais e individuais de cuidado e autocuidado com a saúde podem enveredar para uma manutenção das vidas masculinas no contexto brasileiro se faz importante, mas para além disso propomos, diante da pequena produção bibliográfica e atual conjuntura brasileira refletirmos o impacto da pandemia da COVID-19 nos homens negros. O tema é abrangente, vai desde as fragilidades na formação de políticas públicas até a falta de apontamentos para a diversidade masculina, como por exemplo, diretrizes para atendimento para a promoção de saúde dos homens trans. Nas palavras de Medrado:

“(…) investigar sobre masculinidade significa não apenas aprender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos” (MEDRADO, 2011, p.49).

O universo masculino, perpassado pelo recorte de raça, desponta nos dados de mortes violentas nos remetendo a uma estrutura social que tem suas bases fincadas no regime escravocrata (CERQUEIRA, 2017), e que ainda não conseguiu estancar as reverberações desta época, o que acaba gerando impactos no desenvolvimento do país..

Muniz e Nascimento diz: “Observa-se uma falta de incrementos políticos que impacte os homens de camadas mais pobres, que geralmente não tem acesso aos planos de saúde, e a uma cultura de preservação e acompanhamento de sua saúde” (MUNIZ E NASCIMENTO, 2019, p.201 e 202). Os apontamentos de fragilidades feitos em 2008 pela PNAISH evidenciam um diagnóstico de vulnerabilidades a serem enfrentadas no público masculino, 12 anos após a sua criação os dados se mostram atuais no tocante ao abandono desta parcela social, ao mesmo tempo em que não percebemos investimentos



mediáticos que auxiliem na desconstrução da cultura machista e patriarcal, ficando restrito apenas ao mês de novembro, onde se tem uma ampliação da pauta pela campanha Novembro Azul, mesmo assim, sem recortes específicos de classe ou raça. Contribuindo desta forma para a universalização da categoria homem, quando na verdade sabemos que a racialização dos fenômenos de gênero no Brasil podem nos dar respostas de diversos problemas não superados.

Diante do exposto procuraremos indícios de impactos causados pela pandemia de COVID-19 na população negra masculina, para isso recorreremos à análise de pesquisas sobre a pandemia especialmente as que se atentem ao recorte de raça, boletins epidemiológicos, bem como um embasamento dos estudos críticos das masculinidades, e, por fim, analisaremos mecanismos legais que poderiam ser usados na promoção de saúde do público referido, tais como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem - PNAISH e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN.

MASCULINIDADES, RAÇA E SAÚDE

Com a finalidade de localização do público-alvo deste artigo, traçaremos a partir deste ponto algumas conceituações sobre masculinidades, que podem nos dar indicativos de características da população de homens brasileiros, possibilitando pensar ações mais focadas no tocante a políticas públicas de saúde. Analisar tal parcela social e pensar suportes no nível de cuidado deveria ser imperativo no momento pandêmico em que vivemos, uma vez que este tem sido o público mais impactado, como mostram os dados de morte no Brasil.

Em um primeiro momento é salutar pensarmos a categoria “Homem” como um grupamento complexo. Tal complexidade, condição inerente da existência humana, se repete dentro da categoria “Homem Negro”. Por isso a importância da grafia “masculinidades”, chamando a atenção para a diversidade interna do recorte. Faço uso aqui dos quatro conjuntos de suposições feitos por Kimmel (1998, p.105) com a intenção de prever potencialidades não hegemônicas nas construções dos universos masculinos, entre elas, “(1) variações na cultura, (2) variações no decorrer do tempo, (3) variações em um conjunto de variáveis, principalmente lugares de identidade e (4), variações no decorrer da vida”. Tais suposições nos fazem pensar que os discursos imperativos do que



é ser um homem negro devam ser refletidos para sairmos da lógica monopolizante dos discursos universais.

O conceito de masculinidade vem ganhando notoriedade no Brasil, através de discussões intragrupos de homens, e também sob a ótica acadêmica que tem neste campo seu objeto de estudo e faz análises que buscam as interfaces feitas com tal temática. Um marco significativo nos estudos das masculinidades foram às organizações lideradas por mulheres, que ao refletirem sobre seu lugar na estrutura social patriarcal, também apontavam para um lugar masculino que necessitava de maiores reflexões. Algumas destas instituições apontavam para a violência cometida pelos homens, que de certa forma acaba ricocheteando no próprio grupo que comete tais atos. Organizações de Mães Periféricas, Feministas Negras, Mulheristas Afrikanas tem em algum momento de suas formulações o apontamento de formas nocivas desenvolvidas na cultura machista do ser homem, com críticas aos modelos nocivos de comportamento que aviltavam a vida de mulheres e na relação com a comunidade que este homem vive (DOVE, 1998).

A histórica movimentação política exercida pelos movimentos de luta das mulheres negras acabou criando um acúmulo material de análise, com condições de dar respostas às complexidades sociais que o povo negro é envolvido. Já a formação de grupos masculinos tem na história das masculinidades construções posteriores, comparadas às organizações femininas de maneira geral. Estes grupos são variados em formatos e objetivos, dando respostas às implicações que tocam o homem contemporâneo. Por meio da análise ampla do conceito de masculinidade hegemônica Raewyn Connel nos auxilia nesta reflexão:

“Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela” (CONNELL, 1995, p.189).

As organizações de mulheres no Brasil acabam sendo referenciais no alinhamento entre teoria e prática, vemos isso com o levantamento de frentes de lutas em diversas áreas da política institucional e da organização social comunitária. Já a organização de grupos de homens é mais recente que organizações femininas, e ainda não possuem unicidade em reivindicações. Alguns destes grupos se aliam às pautas defendidas pelo feminismo, outros têm um caráter terapêutico, alguns adquirem ações reflexivas e/ou



teóricas, e ainda temos organizações que pautam a raça como condição primordial para se pensar as questões do gênero masculino, por fim, destacamos os grupos reflexivos para autores de violência doméstica, que atualmente é uma aprovação de alteração da Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha. Não temos conhecimento de grupos que pautem a saúde do homem negro com avaliações, acompanhamento, e preposições políticas no Brasil.

O importante protagonismo do movimento de mulheres na luta política acabou dando um sentido imaginário que ao falarmos de gênero estamos a falar de mulheres. Uma percepção rasa diante da abrangência que o gênero tem na construção social dos sujeitos, nas relações de poder, na manutenção das estruturas hegemônicas e na construção das pautas políticas institucionais. Após sua concepção inicial o movimento feminista passa por diversas rupturas, como por exemplo, o feminismo negro, chamando a atenção para as interseccionalidades entre gênero e raça, que surgiram na década de 70, como aponta Connell (1995), sendo o gênero uma pauta principal. As especificidades dos homens negros não eram uma tendência de prioridade para grupos que pautavam o direito das mulheres, sendo feito maiores apontamentos à vulnerabilidade destes homens por movimentos de mulheres negras que lutavam contra a violência policial e a vertente política Mulherista Afrikana, que tinham abordagens menos universalista destes homens chamando atenção para o contexto comunitário em que estes eram envolvidos. O tratamento universalista ao homem é o que possibilita a Connell, e algumas correntes teóricas, desenvolver o conceito de uma masculinidade hegemônica. Tais pautas genéricas não chegavam às complexas tramas que envolvem grupos específicos de homens, criando-se conjuntamente o termo masculinidades subalternas⁵.

A história racial brasileira nos mostra as condições degradantes que homens negros africanos foram submetidos na travessia do atlântico. Após sua chegada em terras tupiniquins as relações eram desenvolvidas a partir dos senhores escravocratas, quase sempre inserindo os escravizados em condições precárias e que visavam o maior aproveitamento de sua mão de obra. Tal relação tinha o escravizado como uma mercadoria e não como pessoa humana. Após 388 anos deste regime podemos pensar que as estatísticas de morte, seja na conjuntura sócio-histórico, ou no recorte temporal que se

⁵ Acreditamos que o uso do termo “subalterno” como uma espécie neutra diante de um fenômeno que indica disputa narrativa e violenta entre a masculinidade hegemônica e outras masculinidades carece de criticidade. Neste sentido propomos o uso do termo “subalternizado”.



propõe este artigo, uma espécie de condição compulsória, que alinhadas a outras condições de precarização da vida merecem atenção governamental. Apesar de a população negra ser heterogênea é possível perceber necessidades bem demarcadas, já apontadas historicamente pelo Movimento Negro. Por exemplo, em relação a espacialidade geográfica que se encontra tal público (bairros pobres, favelas, sistema carcerário) e a necessidade de implementação de ações afirmativas como um mecanismo de combate à exclusão racial na educação, em especial ao ensino superior.

Não seria irreal alinhar o avanço local da pandemia nas periferias com um maior impacto no público masculino, seja ele por traços culturais (uso de álcool, tabaco, má alimentação e falta de práticas esportivas), ou de falta de estratégias governamentais de atenção primária na política de saúde direcionada a estes homens. Uma diretriz vista como necessária na introdução da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH) é a articulação da PNAISH com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), uma instância executiva que vincula estratégias de ações mais humanizadas, valorização dos aspectos culturais comunitários, bem como a importância da rede local como uma potente integração na mobilização familiar através do Programa de Saúde da Família (PSF).

Outra hipótese que refletimos durante a escrita deste artigo é que com a reabertura do comércio, uma grande parcela de trabalhadores fica exposta ao contágio do vírus COVID-19, ao mesmo tempo em que nenhuma proposta emergencial de cuidado ao trabalhador foi demonstrada por parte do Governo Federal. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 2019, as mulheres fazem parte da maioria das contratações do trabalho doméstico (73,1%), são maioria também nos serviços de saúde de combate ao COVID-19. Já os homens ocupam em sua maioria o setor de serviços⁶, que caracteriza-se por uma alta rotatividade na empregabilidade, ao mesmo tempo que contribui fortemente com o aquecimento da economia brasileira. Todos estes campos de trabalho não foram polpados durante a pandemia, pelo contrário, sendo ocupações que auxiliam

⁶O setor de serviços é caracterizado por atividades bastante heterogêneas quanto ao porte das empresas, à remuneração média e à intensidade no uso de tecnologias. Nas últimas décadas, o desempenho das atividades que compõem o setor vem se destacando pelo dinamismo e pela crescente participação na produção econômica brasileira. (...). Em 2014, observou-se um grau de concentração de 9,4%, nível característico de mercados desconcentrados. Contudo, há atividades cuja estrutura de mercado registrou grau de concentração elevado: transporte dutoviário (99,7%), transporte aéreo (92,2%), transporte ferroviário e metroviário (82,0%) e correio e outras atividades de entrega (81,6%). (Fonte: IBGE, em <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/servicos.html>)



na manutenção econômica da burguesia brasileira, foram estimulados ao retorno de suas atividades, e acabaram sendo objetos de discussões políticas inflamadas sobre a abertura ou não do comércio. Almeida (2020) nos auxilia nesta reflexão quando chama atenção para:

“O esfacelamento da sociabilidade regida pelo trabalho abstrato e pela “valorização do valor” resulta em terríveis tragédias sociais, haja vista que o movimento da economia e da política não é mais de integração ao mercado (há que se lembrar que na lógica liberal o “mercado” é a sociedade civil). Como não serão integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente (e.g. corte nos direitos sociais) pelo Estado. Enfim, no contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de “normalidade” e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos tornam-se cada vez mais agudos” (Blog da Boitempo, 2020)

Ao pensar no público masculino, percebemos valores construídos socialmente que validam o que é ser homem em nossa sociedade. Sendo uma sociedade pautada nos valores patriarcais, e, portanto, eurocêntricos, a virilidade se insere como um valor disputado neste universo, que, segundo Restier (2019, p.24), tem no referencial hegemônico branco uma “potencialidade” a ser adquirida em uma espécie de duelo viril da masculinidade. Nesta configuração estaria também a dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, dificultando a manutenção e preservação da saúde dos homens negros, sendo necessário as análises relacionais entre raça, economia e geração de renda, uma vez que já foi detectado a pequena adesão do homem trabalhador em serviços de saúde.

O trabalhador que tem na prestação de seu serviço uma relação de sobrevivência, dificilmente abrirá mão do trabalho para se cuidar. Isso obviamente faria com que estes sujeitos posterguem a ida ao sistema de saúde a fim de perceberem sintomas iniciais de doença, fazendo com que o diagnóstico e o tratamento quando iniciado não tenham eficácia potencializada. Gomes (2012) faz um levantamento de diversos fatores para a baixa adesão de homens nas unidades básicas de saúde, e elenca algumas possibilidades de promoção ainda não exploradas por ações no território, entre elas a mudança de horário de funcionamento das unidades, a ida dos serviços a locais de trabalho e o aproveitamento de atividades masculinas na comunidade para uma mobilização do público-alvo.

Um levantamento feito pela consultoria Lagon Data mostrou que 60,7% das vítimas de COVID-19 são homens negros (pardos + pretos) entre 60 e 79 anos, uma média



de idade menor se comparada à média de outros países⁷. Já o relatório “*Sex, gender and COVID-19: overview and resources*” da organização Global Health 5050, mostra que apesar da taxa de contágio ser parecidas entre homens e mulheres, as taxas de mortalidade chegam a 64% no público masculino. Tais dados nos fazem pensar que os padrões nocivos de masculinidades, como o descuido com práticas saudáveis durante a vida, sejam um dos motivos para homens terem um menor tempo de vida do que as mulheres. O supracitado relatório aponta para uma expectativa de vida de 71.9 anos para homens e de 79.3 para as mulheres. Aspectos mais subjetivos, com correlações entre o gênero e a idade indicam traços de personalidade que demonstram complicações no comportamento individual e intragrupal.

O relatório da Global Health contém dados que chamam a atenção para a necessidade de levantamento de características pessoais e culturais no combate da pandemia do COVID-19 no Brasil. Estudos multidisciplinares poderiam auxiliar equipes de saúde a trabalhar na ressignificação de crenças que dificultem na procura por saúde, que de alguma maneira acaba impactando as comunidades que estes sujeitos estão inseridos (EWIG, 2020).

Um apontamento importante para soluções na área da saúde e combate ao racismo é garantido na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN, que indica a necessidade da “utilização do quesito raça/cor na produção de informações epidemiológicas para a definição de prioridades e tomada de decisão”. Não é o que aponta o boletim Nº 13 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, onde conta o percentual de 63% de ausência do preenchimento raça/cor. A mesma negligência segue na esfera federal, onde 51,3% dos formulários que eram retiradas as informações dos boletins epidemiológicos estavam em branco, Brasil (2020b).

O Grupo de Trabalho (GT) Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) elaborou um artigo intitulado “População Negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde” onde aponta estratégias emergenciais diante da fragilização do Sistema Único de Saúde em plena pandemia. Os apontamentos indicam vulnerabilidades na promoção e acesso à saúde de alguns grupos vulnerabilizados, onde a população negra é maioria e também ressalta a falta de estratégia governamental para

⁷ Suécia, Itália e Espanha.



minimização do contágio. Dentre as populações elencadas estão: a) população idosa, b) população quilombola, c) Pessoas em situação de rua, e d) População privada de liberdade. O artigo elenca ao total de doze recomendações práticas que inferem no cuidado específico de cada recorte citado acima. A pesquisa não se isenta de fazer uma crítica conjectural sobre o governo do Brasil e pontua o posicionamento de enfrentamento às instâncias governamentais através de publicação de notas, cartas ao Ministério da Saúde, publicações em blogs e execução de entrevistas denunciando a vulnerabilidade circunstancial brasileira. Entre tais recomendações está à divulgação de boletins epidemiológicos com preenchimento do quesito raça/cor. Outra recomendação é a ampliação de contratação de profissionais para atuação na atenção primária em saúde, pois é ali que ações de prevenção e conscientização poderiam ser estimuladas como atitudes mais saudáveis na população mais pobre.

Os dados de apontamento para a necessidade de ressaltar o quesito raça/cor nos faz lembrar o alerta feito por Jurema Werneck em 2016:

“ao chamar atenção para a dificuldade de acesso da população negra aos serviços de saúde, ao mesmo tempo da dificuldade de levantamento de diagnósticos especializado e propostas terapêuticas que produziriam melhorias na qualidade de vida desta população” (WERNECK, 2016, p.539).

Na prática a falta de manejo técnico dos agentes de saúde em relação ao preenchimento do quesito raça/cor é apenas uma das reverberações da falta de acompanhamento e gestão das garantias legislativas de combate ao racismo. A falta de atenção aos determinantes sociais em saúde, um conceito que chama atenção para fatores sociais que interditam o acesso pleno de grupos desfavorecidos, é outro sintoma do racismo, que evidencia o racismo operando de formas variadas, institucional e estruturalmente. A Organização Mundial de Saúde reconhece o racismo com o um determinante social que dificulta o acesso à saúde, possibilitando inclusive adoecimento e morte.

Outro aspecto que coloca o grupo de homens negros em maior vulnerabilidade é a própria estrutura racista. A violência sistemática que abate esta parcela da população gera um estado de adoecimento mental e mortes, como bem aponta o último levantamento do Anuário de Segurança Pública (2020. p. 62). Curiosamente este levantamento chama atenção por ter como base o primeiro semestre de 2020, ou seja, parte do levantamento estava sendo feito durante o início da pandemia do COVID-19, onde supostamente

tínhamos menos circulação de pessoas nas ruas. Ainda assim foi constatado um aumento da violência e de mortes de pessoas negras comparado ao mesmo período de 2019.

Uma vez que o uso da máscara é aconselhado como fator de prevenção em espaços públicos, tais homens podem se sentir desconfortáveis ao usá-la, como ressalta a Psicóloga e Doutora em saúde pública Jeane Saskya Campos Tavares no artigo “Os homens negros e suas máscaras”⁸. Tavares amplia a questão ao chamar atenção para as discriminações sofridas por este grupo em espaços públicos como supermercados, bancos, shoppings centers onde o olhar racista pode ser um motivo para o não uso do material protetivo. A autora elenca algumas precauções que podem ser tomadas ao adotar o uso da máscara, como poder escolher as máscaras industrializadas descartáveis, essas são geralmente menos estigmatizantes e associadas à saúde, e, portanto, “mais seguras”.

Em pesquisa realizada por Capraro e Barcelo (2020) para entender aspectos de autocuidado entre os homens e uso da máscara, usou-se três afirmações sobre cuidados: a “comunidade”, a “família” e “você”. A opção “você” foi a que menos pontuou cuidados entre os homens, enquanto a opção “comunidade” foi a que mais evidenciou preocupação por parte do público masculino, o que acabou demonstrando certa incoerência, uma vez que, para o cuidado do coletivo é necessário o cuidado consigo próprio, seguindo as recomendações aqui já mencionadas.

Temos um problema conjectural, uma vez que o foco passa a ser um cuidado com o masculino negro (aquele que mais morre como demonstrado acima), este que historicamente não é fruto de cuidado por via das políticas de saúde; uma política de atenção à saúde do homem negro está no nível do onírico, e talvez como uma hipótese otimista. Ferreira (2019) aponta através de diversos levantamentos quantitativos a necessidade de implementação das ações afirmativas na educação como um combate eficaz das mazelas constitutivas de nossa sociedade, percebe que o tempo de inserção educacional está diretamente ligado a outros aspectos de seguridade social como previdência, renda e saúde.

Os autores Ribeiro e Conrado (2017) nos alerta para a necessidade das categorias interpostas na análise dos homens negros, incitando um discurso baseado em experiências e alinhamentos com teorias emancipatórias, isso possibilitaria um entendimento sobre a

⁸ <https://www.justificando.com/2020/05/04/os-homens-negros-e-suas-mascaras/>



realidade que interliga esses homens, respeitando seus diversos lugares na estrutura social. Tal indicativo ainda está no campo evocatório da disputa de narrativas, tentando combater análises universalistas que ignoram as imbricadas formas de ser negro em uma sociedade anti-negra. Um ambiente construtivo já elaborado poderia ser por meio do feminismo negro ou da teoria política mulherismo afrikana como uma possibilidade de rompimento com uma matriz única de pensamento permeado pela cultura predominante. A atual política mostra não encarar estes homens como dignos de cuidado e amparados por leis de seguridades sociais. Ao corpo negro sobrariam políticas não declaradas que procuram o atingir, como exemplo temos os dados em crescimento do encarceramento em massa e o genocídio da população negra.

O que estamos a ver é a negligência sistêmica com populações desfavorecidas socialmente causando maiores impactos durante a crise ambiental potencializada pelo COVID-19. É incerto afirmar que essa pandemia proporcione melhorias no trato com estas populações, uma vez que não se tem nenhum plano emergencial de apoio ao grupo mencionado, resumindo a “ajuda” governamental ao auxílio emergencial. Durante o período pandêmico o Brasil teve um grande espaço de tempo sem Ministro da Saúde, o que agravou uma crise institucional e dificuldade de entender as diretrizes que pautavam a política de combate à pandemia, deixando de apresentar medidas programáticas frente à elevação repentina dos números de contaminação da COVID-19. Tal fato faz com que alguns estudiosos estejam trabalhando com o conceito de sindemia, que evidencia que a disseminação do vírus se potencializa em alguns grupos sociais devido ao seu histórico de carências de direitos básicos e condições adversas de saúde, o que potencializa os impactos do vírus nestas camadas sociais.

MACRO ECONOMIA E SEUS IMPACTOS

O comitê de datação de ciclos econômicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁹ aponta que durante a pandemia foi constatado uma queda na economia brasileira, iniciando um período de recessão econômica a partir do primeiro trimestre de 2020. Tal constatação chama a atenção para o fim de uma expansão na economia brasileira durante

⁹<https://portalibre.fgv.br/codace#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20de%20Data%C3%A7%C3%A3o%20de,ocorridos%20de%201980%20em%20diante.>



12 trimestres (entre o primeiro trimestre de 2017 e o quarto de 2019) e acarretando um aumento de 32 milhões de brasileiros sem carteira assinada. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do mesmo período (PNADC) já apontava outro dado preocupante, que tratava do aumento da informalidade em 16,6% comparada ao mês anterior (maio de 2020) a publicação da pesquisa, um somatório de 1,68 milhões de pessoas. A pesquisa chamou a atenção para uma peculiaridade: a taxa de ocupação cresceu em relação à referência de maio, porém, dentro desta taxa de crescimento, o emprego informal¹⁰ também cresceu, chegando a sua maior cifra, desde 2016.

Através dos estudos de Ferreira (2019) fica evidenciado uma desigualdade racial perpetrada através da renda, do tempo de estudo, do acesso/permanência ao ensino superior entre outras evidências. Os negros são maioria nas camadas mais pobres, enquanto os brancos ocupam as camadas mais abastadas. Ferreira (p. 477) atribui a um falseamento instaurado na sociedade brasileira, por via de uma suposta democracia racial, que dificulta a análise realista das discrepâncias raciais instauradas no Brasil.

A revista Radis, da Fiocruz (edição, 212) na reportagem “Nunca tivemos o direito de ficar em casa”, elenca trabalhos autônomos de prevenção ao contágio do vírus executados por coletivos de favelas. A advertência para se ficar em casa, como um dos locais mais seguros para diminuição da propagação do vírus e adoção do isolamento social dada pela OMS, eram relativizadas nestes espaços, uma vez que não se tinham diretrizes oficiais específicas para estas comunidades, geralmente localizadas em uma área geográfica com particularidades distintas do restante da cidade.

A alta densidade geográfica dos chamados assentamentos subnormais, em que geralmente são compostos por casas pequenas e um grande número de pessoas, acaba dificultando o cumprimento das recomendações de distanciamento. Uma outra problemática encarada pelos coletivos de favelas, foi que no começo da pandemia houve escassez de álcool em gel, acompanhado de um aumento considerável do valor ao consumidor, este foi mais um aspecto em que a informação e promoção de saúde pública eram dicotômicas, restando aos coletivos periféricos estimular o uso da higienização das mãos com sabão e distribuição de máscaras artesanais.

¹⁰ Segundo o IBGE, o emprego informal é a soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

A líder comunitária Yane Mendes se juntou com coletivos periféricos do Brasil e começou a desenvolver ações coletivas de arrecadações de materiais de limpeza, higiene e gêneros alimentícios. Em sua entrevista à Revista Radis (PERES, 2020) cita estratégias de conscientização da comunidade em que faz parte, alertando com linguagem popular a importância de praticar formas alternativas de se preservar e minimizar o contágio. Mendes chama atenção para a falta de sensibilidade do Estado em propor políticas específicas para aqueles modelos de moradia e cultura de vida, uma vez que o indicativo de “ficar em casa”, teve baixa aderência destas comunidades, que ao mesmo tempo tem grandes defasagens sociais no contexto urbano, se tornando mais vulneráveis, o que nos faz pensar que o conceito de sindemia¹¹ se encaixe mais perfeitamente com a dinâmica desenvolvida no contexto de disseminação e cuidados com o vírus.

Uma vez que as pressões das camadas empresariais estimulavam governantes para a retomada das atividades do comércio, incentivando trabalhadores a sair de casa, relativizando a máxima “fique em casa”, o nível de contaminação tem uma alteração, criando cisões entre o campo da saúde e o econômico. Trabalhadores com receio de perder o emprego ou por questões do próprio sustento acabam aderindo às exigências do mercado. A pandemia faz com que as relações de trabalho se fragilizem e as normas de autopreservação pessoal/coletiva sejam relativizadas. O Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas – IBGE, acusou um aumento do emprego informal, meses antes da chegada da pandemia no Brasil (IBGE, 2020), juntamente a isso diversas reportagens denunciaram alterações no algoritmo de aplicativos de entrega de comida, fazendo com que trabalhadores destas empresas tivessem que aumentar sua carga horária durante a pandemia, e ainda assim, recebessem menores salários (ABÍLIO, et al, 2020, p. 1-21.). Através de alterações sem critérios pré-estabelecidos, estes aplicativos começaram a dar incentivos na pontuação dos entregadores em dias de chuva e nos finais de semana, bem como a diminuição de pagamento por quilômetro percorrido. Desde o aumento dessas atividades, setores críticos das relações trabalhistas denunciavam a falta de cuidado destas empresas com seus trabalhadores, onde não existia nenhuma garantia de direitos trabalhistas na relação do empregador X trabalhador. Diante do objeto de análise deste escrito faz-se importante chamar atenção para intercessões entre raça e gênero

¹¹ Para ver mais: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264>



(FERREIRA, 2019; PRONI e GOMES, 2015) destas novas modalidades de trabalho, reconhecidas como uberização do trabalho, que carrega em si uma maioria de empregados homens, com baixa escolaridade, da raça negra, que diante das exorbitantes cargas horárias de trabalho tem seu autocuidado comprometido, seja por via de uma maior exposição ao vírus, pela falta de tempo para buscar saúde ou da falta de qualquer amparo em saúde por parte das empresas contratantes.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E RACIAIS

Com as medidas de abertura do comércio flexibilizadas, a mobilidade urbana torna-se um aspecto que deveria ser analisado de maneira sensível pelas autoridades em saúde. A abertura do comércio durante a ascensão de contaminação da população impacta diretamente as classes trabalhadoras, visto que o tempo de confinamento no transporte público torna-se um fator de risco para a disseminação do vírus.

Os dados sociais chamam atenção para a questão racial, apontando para algumas defasagens históricas na garantia de direitos básicos como moradia, educação, acesso à saúde entre outros. A Pesquisa Distrital por Amostra por Domicílios de 2018, realizada no Distrito Federal mostrou que 63,9% dos negros moravam em Regiões Administrativas de baixo poder aquisitivo, e que recebem menos 39,4% do que os não negros. Apesar do estudo também demonstrar um aumento de 9,3% de negros que tem o ensino superior percebe-se a população negra liderando os índices de empregos informais no Distrito Federal (26,6%). A pesquisa faz ainda um paralelo da baixa renda adquirida e as alternativas para geração de subsídios através da informalidade, o que reafirma a necessidade de incrementos governamentais em políticas reparatórias, de integração social e econômica focadas na população negra.

O foco de onde a pandemia tem maior contágio e eficácia de morte, nos faz pensar nas dinâmicas estruturais do racismo brasileiro, que perpassa níveis de expropriação social, fazendo assim a manutenção de quem deve viver e morrer em nossa sociedade. O poder do Estado em garantir a vida acaba se mostrando ineficaz para determinadas populações, que tem em sua construção histórica a ausência de direitos garantidos em leis, sendo assim atingidas mais eficazmente por mecanismos de uma Necropolítica¹²

¹² Necropolítica é o uso do poder social e político para ditar como algumas pessoas podem viver e como algumas devem morrer. Um conceito desenvolvido e estudado pelo intelectual camaronês Achille Mbembe.



(políticas de morte), que se tornam tecnologias eficazes de enfraquecimento da vida integral desta parcela da sociedade brasileira. Tal fato nos faz refletir diante dos dados sobre a violência no Brasil, se a atual dinâmica estatal se baseia numa espécie de Estado de exceção atuante, ou um Estado democrático de direito enfraquecido. Uma vez que falamos de racismo estrutural e necropolítica, como agenda solidificada internamente para o funcionamento deste Estado, precisaremos rever nossa ideia/ideal de democracia, compreendendo que não se trata de uma democracia racial.

Pesquisadores da Universidade de Cambridge e da Escola de Economia de São Paulo fizeram um levantamento que constatou mudanças comportamentais negativas em relação ao autocuidado e o cuidado com a comunidade próxima, no que se refere à transmissão viral. Tal atitude esteve alinhada aos comportamentos e falas do chefe de Estado Brasileiro que relativizavam as normas de proteção e distanciamento social, bem como os efeitos do contágio do COVID-19. Constatou-se que em municípios que tem maior apoio ao presidente, após discurso do mesmo em meios de comunicação, os níveis de isolamento social caem significativamente, (AJZENMAN; CAVALCANTI; DA MATA, 2020) aumentando o nível de contágio e morte. Dentre as mortes, pesquisadores do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro também detectaram o aspecto racial como um determinante na alta dos índices (ROUBAUD, et al, 2020). Tal pesquisa corrobora com dados supracitados, demonstrando uma negligência com a gestão pública para promover barreiras sanitárias que diminuíssem o contágio, fazendo-nos pensar nos pressupostos necropolíticos que chamam a atenção para os corpos matáveis. Esta observação é facilmente detectada no incentivo de reabertura do comércio e o desenvolvimento de relações precárias de trabalho, que impõe ao trabalhador, em sua maioria homens negros como já apontado, jornadas extenuantes de trabalho. Uma dicotomia, onde a valorização do corpo negro forte, saudável para realização de atividades subalternas, também é preparado para o descarte quando não servir mais ao trabalho de manutenção do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do COVID-19 demonstra aquilo que o Movimento Negro Unificado do Brasil aponta há décadas: que existe um abismo entre a população negra e a população

branca no Brasil, fazendo com que reformulações do período escravocrata reverberem na atualidade. Dados de subnotificação, dificuldades com transporte público de baixa qualidade, agravos da falta de saúde, saneamento básico precário, entre outros problemas sociais, atingem drasticamente a população negra brasileira. Unindo-se a isso o governo federal foi lento para formular diretrizes de prevenção e detecção do vírus da COVID-19, fazendo com que a população se sentisse desamparada e autonomamente agindo naquilo que entendia como emergencial.

Os dados das pesquisas referidas demonstram que manutenções das desigualdades sociais, executadas na gestão política geram medidas de reajuste do racismo, e com isso vão criando um censo de normalidade que atualiza o imaginário social, não percebendo que a pandemia demonstra de maneira mais radical aquilo que é a estrutura brasileira.

Nossa leitura dos dados que evidenciam uma disparidade entre raças no Brasil parece sofrer influência da ideologia da democracia racial, pois as tristes estatísticas de morte da população negra não são o suficiente para causar impactos que reformulem a gestão pública de políticas públicas emergenciais. Os apontamentos levantados por este artigo mostram localizações geográficas que poderiam servir para a manutenção da rede pública de saúde com foco emergencial nestes territórios. Uma vez que historicamente são comunidades desassistidas pelo poder público, seus aspectos ambientais acabam dificultando que a população periférica adote medidas de prevenção à contaminação da COVID-19.

Outra característica de atualização do racismo é demonstrada na fragilização das medidas de segurança por parte do governo federal com a reabertura do comércio, automaticamente incentivando a saída da classe trabalhadora, aquecendo a informalidade e enfraquecendo as relações trabalhistas. Percebemos aqui uma equação cruel onde os dados de mortes indicam maior impacto na população negra, em especial nos homens negros, que são em sua maioria trabalhadores do setor de serviços, de atividades informais e outras atividades precarizadas pelo neoliberalismo.

A falta de racialização dos dados epidemiológicos acaba gerando subnotificações e uma dificuldade de análise dos boletins epidemiológicos, o que fez com que a escrita deste artigo se debruçasse sob estudos alternativos, realizados por universidades nacionais e internacionais, consultorias e produções de reportagens.



Os dados levantados concluem uma falta de políticas públicas de combate à pandemia. Alinhada ao incentivo de abertura do comércio podemos afirmar que os impactos da pandemia até o momento de fechamento deste artigo, indicam uma manutenção da necropolítica, onde, apesar de o contágio ser basicamente equivalente entre homens e mulheres, homens negros são os mais atingidos por mortes decorrentes da COVID-19.

Uma das alternativas de ações preventivas seria aproveitar as políticas de saúde com recortes de gênero e raça (nos referimos à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra) e acionar ações emergenciais e de autocuidado focadas no público de homens negros, porém, nas pesquisas e reportagens elencadas por esta investigação, não encontramos nenhuma ação governamental que indicasse essa atenção.

Os apontamentos feitos pelo GT - Racismo e Saúde da ABRASCO são dignos de análise enquanto propostas de combate a pandemia em públicos historicamente excluídos, além de traçar um panorama histórico das vulnerabilidades sociais impetradas a estes públicos. O que nos faz refletir negligências históricas que a pandemia exacerba as desigualdades raciais do Brasil.

A pandemia deixou mais evidente as discrepâncias raciais e sociais, com isso exigindo que organizações populares de manutenção de redes sociais autônomas se desenvolvessem e ampliassem suas ações e frentes de lutas. Tais circunstâncias mostraram outro problema não divulgado, como uma problemática digna de cuidado, que é o estilo de vida e hábitos culturais que homens negros desenvolveram durante sua socialização histórica, alinhado a diversas negligências do Estado brasileiro. Mesmo sendo a categoria “homem negro” complexa e heterogênea, teria o Estado brasileiro uma espécie de dívida reparatória com este público, obviamente alinhado ao grupo de mulheres negras, que também colhe as iniquidades históricas.

Este artigo foi escrito durante os momentos iniciais da pandemia, esperamos que no decorrer do tempo histórico, certos registros aqui expostos sirvam apenas como um recorte da realidade temporal, superada com os avanços científicos que possibilitem a imunização da população, o combate ao vírus da COVID-19 e a superação das históricas desigualdades raciais do Brasil.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek; ALMEIDA, Paula Freitas; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Claudia Moreira; FONSECA, Vanessa Patriota da; KALIL, Renan Bernardi; MACHADO, Sidnei. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, EDIÇÃO ESPECIAL – DOSSIÊ COVID-19, p. 1-21, 2020.

AGÊNCIA BRASÍLIA. 63,9% dos negros do DF moram em RA de média e baixa renda. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/11/20/639-dos-negros-do-df-moram-em-ra-de-media-e-baixa-renda/>. Acesso em: 09 de out. 2020.

AJZENMAN, Nicolás e CAVALCANTI, Tiago e DA MATA, Daniel. Mais do que palavras: discurso de líderes e comportamento de risco durante uma pandemia. (22 de abril de 2020). Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3582908>. Acesso em: 11 de out. 2020.

ALMEIDA, Silvio de. Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso? *Blog da Boitempo*, 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>>

AMÂNCIO T. Desigualdade de contaminação põe pressão em reabertura e coloca pobres em risco. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/desigualdade-de-contaminacao-poe-pressao-em-reabertura-e-coloca-pobres-em-risco-diz-estudo.shtml?origin=folha>. Acesso em: 21. maio. 2020.

BARROS, W. Betina; MARQUES, David. Os grupos de risco das mortes violentas intencionais no país. *Anuário brasileiro de segurança pública*. Ano 14. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2020

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) – desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>. Acesso em: 13. ago. 2020.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). CAMPOS, Amini Haddad; CORRÊA, Lindinalva Rodrigues.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes. Brasília: Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – Brasília: *Ministério da Saúde*, 2009. 92 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 978-85-334-1643-7.

CAPRARO, V., & BARCELO, H. The effect of messaging and gender on intentions to wear a face covering to slow down COVID-19 transmission. *PsyArXiv Preprints*. Disponível em: <https://doi.org/10.31234/osf.io/tg7vz>. Acesso em 03. Ago. 2021

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. Texto para discussão. *Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA*. Brasília-Rio de Janeiro. IPEA: 2017.

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185 – 206. jul. / dez. 1995.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 73-97, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p73>. Acesso em: 09. set. 2020.

CORREA, Marco Aurélio da Conceição. Masculinidades Negras em Movimento – O cinema negro como prática decolonial na educação. *Revista Aleph* n. 31, p.68 – 101. Dezembro de 2018.

DOVE, Nah. Mulherismo Africana: uma Teoria Afrocêntrica. Universidade Temple. Tradução de Wellington Agudá. *Jornal de estudos negros*, v. 28, n. 5, maio 1998.

EWIG Christina. Gender, masculinity and covid-19. Disponível em: <https://genderpolicyreport.umn.edu/gender-masculinity-and-covid-19/>. Acesso em: 09. set. 2020.

FERREIRA, Nara T. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.27, n.104, p. 476-498, jul./set. 2019

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *Anuário brasileiro de segurança pública*. Ano 14. São Paulo, 2020.

FOUCAULT, M. (2002). Vigiar e punir: Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: *Vozes*. (Originalmente publicado em 1975).

GLOBAL HEALTH 5050. Sex, gender and COVID-19: overview and resources. Disponível em: <https://globalhealth5050.org/the-sex-gender-and-covid-19-project/>. Acesso em: 09. out. 2020.

GOMES R, Nascimento EF, Araújo FC. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. *Cad Saúde Pública*. 2007; 23(3):565-574. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000300015>. Acesso em: 04. out. 2020.

GOMES, R. Sexualidade masculina, gênero e saúde. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1ª reimpressão, 2012.

KIMMEL, Michael S.. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horiz. antropol.* [online]. 1998, vol.4, n.9, pp.103-117. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>. Acesso em: 08. nov. 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed., São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.p.

MEDRADO B, Lyra J, Azevedo M. “Eu não sou uma próstata. Sou um homem: por uma política pública de saúde transformadora da ordem de gênero”. In: Gomes R, organizador. Saúde do homem em debate. Rio de Janeiro: *Fiocruz*; 2011. p. 39 – 74.

MUNIZ, Veyzon Campos; NASCIMENTO, Rayane Karoline Chagas de Souza do. Desenvolvimento sustentável e antirracismo: um contributo à reflexão sobre a criminalização de práticas racistas e papéis institucionais. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 11, n. 30, nov. 2019. ISSN 2177-2770.

PERES, Ana Cláudia. Favelas contra o vírus: como as periferias vêm lidando com a pandemia de COVID-19, em meio aos problemas cotidianos e ausência de ações governamentais. In: *Revista Radis*. ENSP. Nº 212, Maio de 2020.

PRONI, Marcelo.W, GOMES, Darcilene.C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. *Revista estudos avançados*.

LEAL, Figueiredo e Nogueira - O percurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens (PNAISH), desde a sua formulação até sua implementação nos serviços públicos locais de atenção à saúde - *Ciênc. saúde coletiva* vol.17 nº 10. Rio de Janeiro Oct. 2012.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Comissão de Determinantes Sociais de Saúde. Rumo a um modelo conceitual para análise e ação sobre os determinantes sociais de saúde. *Genebra*, 5 de maio 2005.

RESTIER, Henrique. O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In: Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades. São Paulo. *Ed. Ciclo Contínuo*, 2019.

ROUBAUD, François; RAZAFINDRAKATO, Mireille; SABOIA, João; CASTILHO, Marta; PERO, Valéria. The municipios facing COVID-19 in Brazil: socioeconomic vulnerabilities, transmission mechanisms and public policies. *Instituto de Economia- UFRJ DISCUSSION PAPER: ROUBAUD, et al, TD 032-2020*.

SANDES, A. Pretos e pardos já são maioria entre as vítimas que morreram por covid-19. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimasnoticias/redacao/2020/05/19/negros-e-pardos-ja-sao-maioria-entre-as-vitimas-fatais-por-covid-19.htm>. Acesso em: 29. jul.2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso em: 03. jan.2021.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al . População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estud.av.*, São Paulo, v.34, n.99, p.225-244, Aug.2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142020000200225&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 set. 2020.

SOARES, Marcelo. Homem, pobre, negro: A cara da vítima de COVID-19 no Brasil. *Revista Época*. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>. Acesso em: 3. jul.2020.

TAVARES C.S.J. Os homens negros e suas máscaras. *Justificando*. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/05/04/os-homens-negros-e-suas-mascaras/>. Acesso em: 4. maio.2020.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde soc., São Paulo*, v. 25, n. 3, p. 535-549, Sept. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-129020162610>. Acesso em: 15.out. 2020.

ZETTLER, I. Schild, C., Lilleholt, L., Kroencke, L., Utesch, T., Moshagen, M., Böhm, R., Back, M. D., & Geukes, K. The role of personality in COVID-19 related perceptions, evaluations, and behaviors: Findings across five samples, nine traits, and 17 criteria. *Social Psychological and*



Personality Science. 2020. March 23. Disponível em: psyarxiv.com/pkm2a. Acesso em: 18.nov. 2020.

Recebido em: 30/03/2021

Aprovado em: 30/07/2021